



A Diocese de Angra (Açores) em ordem a uma Igreja Sinodal

I. Descrição do processo de recolha de informação

A Diocese de Angra nos Açores está em situação de sede vacante desde 21 de setembro de 2021, o que levou à dissolução dos Conselhos Presbiteral e Pastoral Diocesano bem como à incerteza de qualquer programação diocesana a médio e longo prazo; viu-se afetada pela pandemia e pelos confinamentos desde março de 2020 até março de 2022; nesta data começa uma crise sismo - vulcânica na ilha de São Jorge. Estas situações alteraram as dinâmicas e ritmos das comunidades, para além de razões anteriores a estes

fenómenos. Por outro lado, há a vantagem de se ter dado início em 2019 a um processo pastoral designado por «caminhada sinodal – a beleza de caminharmos juntos em Cristo», assumido e validado ainda pelos ditos Conselhos Presbiteral e Pastoral Diocesano, tendo dado origem a uma assembleia diocesana alargada.

Assim, a fase diocesana preparatória do sínodo dos bispos de 2023 cruzou-se, no último ano, com o 3º. ano da caminhada sinodal diocesana, sendo distintos os temas, mas idênticos o espírito, estilo, método e propósito. Logo em 2019 foi nomeada uma comissão diocesana coordenadora da caminhada sinodal constituída por vários presbíteros, uma religiosa e vários leigos, sendo três deles jovens, representativos das três regiões pastorais da Diocese. Esta comissão foi nomeada pelo então Bispo de Angra para ser a referência local na fase diocesana de preparação do sínodo dos bispos de 2023. O primeiro ano 2019-2020 foi o mais fecundo, tendo vindo a decrescer a participação quando esta é pedida cumulativamente com a fase diocesana de preparação do sínodo dos bispos. Por um lado, nota-se um desejo de mudança e por outro, um certo descontentamento com a situação geral da Igreja e da sociedade.

Depois de uma análise às linhas mestras da cultura contemporânea nos Açores, à situação económica e social e à situação religiosa e eclesial atual, com o apoio da Universidade e do Seminário foi realizada a assembleia diocesana, com base na primeira auscultação, tendo-se chegado à conclusão de que faz falta uma Igreja evangelizadora, missionária, integradora, em diálogo com o mundo e ministerial. Estas cinco dimensões pautaram o trabalho durante dois anos. Para esta caminhada fez-se uma oração e um desdobrável amplamente difundidos, um logotipo e um hino, edição de três cadernos com orientações para os três anos pastorais respetivos, em versão de papel e digital, e ainda um volume com a recolha de todo o trabalho realizado ao longo desse tempo, a apresentar no ano 2022-2023.

A auscultação para o Sínodo Universal de 2023 foi feita a partir dos conselhos pastorais paroquiais, com base em perguntas de difícil entendimento para os destinatários, em reuniões realizadas no início de cada ano pastoral com padres das Ouvidorias, Conselhos Pastorais e outros leigos, sendo definido um caminho com as seguintes etapas: trabalho nas Paróquias, nas Zonas Pastorais e nas Ouvidorias. A síntese é o resultado dos contributos das assembleias sinodais realizadas nas Ouvidorias, com representantes das paróquias e seus párocos, das Religiosas, do Instituto Católico de Cultura, de um Inquérito de Auscultação Online; dos docentes de E.M.R.C. e elementos da Equipa de Jovens e da Pastoral Universitária, do Serviço

da Pastoral Familiar Diocesana e do Movimento Encontro Matrimonial e ainda de vinte e cinco personalidades que foram convidadas a responder ou a fazer comentários aos dez núcleos temáticos que se seguem.

II – Apresentação dos resultados

1. Os companheiros de viagem

Quando dizemos “a nossa Igreja” fazemos referência à Igreja de Jesus Cristo, no seu todo e na sua expressão local, quer diocesana, quer paroquial. Desta Igreja fazem parte todos os cristãos católicos batizados, leigos, sacerdotes, bispos e, no caso das paróquias mesmo aqueles que residem fora do território da paróquia. Tanto os fiéis que frequentam regularmente como os que não participam frequentemente no culto, embora conservem uma fé católica intensa e sincera. A Igreja é por definição a comunidade de todos os que acreditam e procuram a Cristo.

Aqueles que querem e pedem para “caminhar juntos” são todos aqueles que estão de coração aberto aos ensinamentos e vivências de uma plena vida cristã. Os que sentem a necessidade interior de proclamar a sua fé junto de uma Igreja que os compreende e que os serve, que eles próprios compreendem e servem. São os que têm uma fé esclarecida e fundamentada na “palavra” e não veem a Igreja como “um “supermercado de sacramentos” da qual se lembram quando é necessário um “álbum de fotos” para colocar nas redes sociais ou dar sepultura a algum familiar. São aqueles que não veem a Igreja como “assistência social”, mas que usam a “assistência social” para divulgar e testemunhar a palavra de Deus.

Contudo, a imagem da Igreja, na sociedade de hoje, é a de uma instituição envelhecida, tradicionalista, muito focada nos ritos e pouco focada na mensagem. Uma instituição que vai na onda da população, mais interessada em celebrar a festa popular ou o santo padroeiro. Uma Igreja de muito “bater no peito”, de missas e comunhões, mas de pouca vivência e testemunho do evangelho.

À margem da Igreja ficam aqueles que dela se autoafastaram ou, por variados motivos e razões foram afastados. Todos aqueles que se desviaram dos caminhos de Deus ou que não participam na vida cristã e aqueles que a Igreja decide marginalizar, não com base no testemunho de Cristo, mas com base nas suas concepções imperfeitas acerca da natureza humana. Deixamo-los à margem por falta de iniciativa dos que se encontram ativos, e por falta de informação atualizada. Esta situação deve-se principalmente às circunstâncias que a sociedade atual impõe nos modos de vida das populações. Vivemos numa sociedade de consumo e sempre com muita pressa, que não nos dá tempo para olhar o próximo, para quem está ao nosso lado. Torna-se urgente incentivar a criação, entre irmãos, dos valores e vínculos fundamentais à fé e à vida cristã.

A sociedade à margem é enorme e cada vez mais à margem, porque a Igreja não consegue transmitir a Palavra de forma eficaz, e os seus Cristãos encontram-se demasiado acomodados e não se desinstalam dos seus templos para ir ao encontro do outro, nas suas casas, nos seus

empregos, nos seus tempos livres. Deixamos à margem os que se afastam, quem chega de novo e quem não conhecemos, as razões são várias, sendo as principais o nosso comodismo e a falta de articulação entre os vários movimentos. Todos somos responsáveis pelas “periferias”. O comodismo, a falta de voluntariado, a ausência do verdadeiro espírito cristão são as principais razões de não termos uma sociedade mais solidária e uma Igreja mais inclusiva. Existe muita falta de iniciativa, informação, formação, testemunho e vivência da fé.

Era necessário ouvir todos aqueles que por uma razão ou outra se afastaram da Igreja, ou da prática de vida eclesial, mas que continuam a ter fé. Ouvir os divorciados os recasados, os que se dizem agnósticos ou ateus; ouvir os jovens que, tocados pelos meios de comunicação social, têm uma visão deturpada da Igreja. Ela precisa: sair para ouvir, estar em contacto com as pessoas, e não continuar a ser alimentada por pessoas que vivem e se alimentam de protagonismo.

Infelizmente estamos a viver uma onda de muita “manutenção” ao nível das nossas paróquias, instituições e movimentos. Estamos muito centrados nos de dentro e pouco ou nada preocupados com os de fora e os que já abandonaram a Comunidade. É necessário fazer missão na comunidade, na família, no trabalho, ir ao encontro dos batizados que se afastaram.

Os grupos excluídos deverão ser a prioridade de ação da sinodalidade, sem descuidar o trabalho com aqueles que já caminham juntos. Deus, na Sua Palavra pede-nos para caminharmos juntos, sem exceção.

Os companheiros de viagem são a comunidade em geral, batizados e não batizados. Há um grande caminho a percorrer nas nossas comunidades no sentido de tornar a caminhada um objetivo comum de Partilha e Salvação para todos, na direta proporção do que acontece nas sociedades modernas no geral.

2. Ouvir

As pessoas são acolhidas e escutadas principalmente nos lugares de culto, centros pastorais e paroquiais, gabinetes de apoio, confessionários, encontros de reflexão, formação ou retiros, palestras, reuniões, encontros de partilha de experiências. São também acolhidas em encontros personalizados, quando elas próprias pedem para ter uma conversa mais a nível individual sobre questões existenciais, espirituais ou de esclarecimento da fé e da vida cristã. As pessoas são acolhidas e escutadas pelos párocos, algumas vezes mal acolhidas, e por membros dos diversos grupos e movimentos. O acolhimento e a escuta, em algumas situações, deixam muito a desejar, havendo experiências bastante negativas e marcantes com alguns leigos. Não existe uma cultura de receber e acolher o outro, mas sim de atender.

A escuta é também feita nos diversos fóruns promovidos pela Igreja, como os sacramentos, as festividades, os órgãos de gestão e as diversas iniciativas de cariz civil. Nota-se a ausência de um grupo de acolhimento para aqueles que chegam de novo à comunidade, sendo que por vezes perdem-se oportunidades de contato muito importantes. Surgem caras novas que começam a frequentar regularmente a Igreja e não se faz um bom acolhimento.

Nem sempre os leigos conseguem manifestar a sua opinião. Os Conselhos Pastorais não reúnem com a periodicidade desejada. Os cristãos devem ser mais ativos e pró-ativos nas paróquias e diversas instâncias da Igreja, bem como na sociedade. Os Conselhos Pastorais devem promover a integração dos leigos na paróquia.

As maiores dificuldades sentidas são: a falta de espaços próprios para proceder ao acolhimento; a necessidade de reforçar os recursos humanos e físicos preparados para um acolhimento mais digno; a falta de disponibilidade, associada à falta de compromisso e à falta de vocação, das pessoas para promover o acolhimento e a escuta. Há também dificuldade em assegurar um diálogo sincero e sem receios, que tenha efeitos práticos. Se o diálogo é condicionado ou sistematicamente não produz efeitos, acaba por ser inútil, esmorecendo o interesse da comunidade. Por vezes também não existem pessoas disponíveis, com sabedoria e paciência para escutar e encaminhar os mais desorientados na vida pessoal, espiritual e social. As pessoas deverão ser acolhidas como família de Jesus. ‘Vejam como eles se amam’, diziam das primeiras comunidades. O amor continua a ser o fundamental no acolhimento.

A Igreja não pode estar contente com a meia dúzia de pessoas que pratica, precisa de sair urgentemente ao encontro das pessoas, porque são cada vez menos os que se reveem na Igreja.

3. Tomar a Palavra

O diálogo na Paróquia, Ouvidoria e Diocese existe, mas não o suficiente. Existe um certo “isolamento” traduzindo-se no individualismo, egocentrismo e falta de tempo disponível. Sente-se que existe vontade, ou pelo menos, o desejo de escutar todos por parte das diversas instâncias e da Diocese, contudo, depois da escuta feita muito fica pelo caminho, deixando, em alguns casos, a impressão de que o diálogo foi só isto, deixando a perceção de que tudo já está decidido, escolhido e orientado.

Apesar da existência de diálogo não se controlam os resultados deste diálogo nem a sua eficiência. Ao querer-se muito, por vezes consegue-se pouco. Sugere-se que houvesse uma redução da quantidade de objetivos a atingir pelas paróquias, começando-se pelos mais prioritários e, à medida que fossem alcançados, ir-se-ia colocando novos objetivos numa dinâmica de continuidade e crescimento.

O diálogo com a Diocese está sempre dependente de uma estratificação organizativa que exige intermediários. Na Igreja, à semelhança de Cristo, o diálogo devia ser direto, evitando a sua diluição pelos órgãos e pelos seus agentes.

Sempre que as situações assim o exigem, é feito um trabalho em conjunto com paróquias, com Ouvidorias e com a Diocese. Na Diocese não se sente haver diálogo ou escuta, apenas informação divulgada.

O Diálogo entre grupos é reduzido. Os grupos não se conhecem entre si, não sabem o que os outros fazem, funcionam essencialmente para dentro e sem um trabalho coordenado com

objetivos comuns.

A melhor maneira de promover o diálogo entre organismos, sem ambiguidades e oportunismos é fazer um caminho sinodal a nível de paróquia onde todos se sentem, se deem a conhecer e tracem objetivos, caminhando para um mesmo fim. A humildade de escutar deve corresponder à coragem de falar, como descrevem os documentos sinodais. Todos têm o direito de ser ouvidos, tal como todos têm o direito de falar. Não se trata de entrar em debate para convencer os outros. Trata-se, antes, de acolher o que os outros dizem como um modo através do qual o Espírito Santo pode falar para o bem de todos.

Os preconceitos que se associam a determinadas diretrizes da Igreja, fundadas no Evangelho, mas erradamente interpretadas pela sociedade em geral, transformam-se numa forma de julgamento ao próximo. Estes são o resultado do não ouvir com o coração e usar a “medida humana” para avaliar as intenções divinas que só têm como objetivo a nossa felicidade. A nossa Igreja comunitária, infelizmente, sofre muito deste mal em todos os quadrantes, e até nas hierarquias, à semelhança da Igreja universal. Assim, os que caem com frequência em erros que entram em conflito com alguns valores defendidos pela Igreja sentem-se, por vezes, alvo do preconceito dos outros. A voz destas minorias que, pouco a pouco se estão tornando nas novas maiorias das nossas comunidades, deverão ser mais ouvidas nas suas vivências e problemas, a fim de se lhes dar esperança e o conforto que a Palavra de Deus quer dar a todos, sem exceção.

4. Celebrar

A pandemia Covid-19 afetou a vida das pessoas a nível espiritual, social e económico. Lançou verdadeiros desafios logísticos, mas também deu a oportunidade de revitalização da Igreja num momento crítico para a história humana.

No pós-pandemia, a comunidade recomeçou as suas diversas celebrações e atividades com a participação ativa nas Eucaristias, demais Sacramentos e na oração. Contudo, em algumas das nossas igrejas, verifica-se atualmente, nas celebrações litúrgicas, um afastamento generalizado das suas comunidades paroquiais. O alimento espiritual que os sacramentos proporcionam aos fiéis não é verdadeiramente condicionado pela pandemia. Ela serviu de pretexto para agravar dinâmicas que já lhe eram anteriores. As pessoas foram-se acomodando ao confinamento e vão faltando às eucaristias, e outras celebrações.

A pandemia não pode ser desculpa para todos os males. Os casais jovens não participam nas celebrações ou por medo da pandemia ou por falta de prática religiosa. É importante encontrar estratégias que integrem os jovens na comunidade paroquial. Considera-se que a promoção de uma participação ativa e de qualidade deverá em primeiro lugar, privilegiar a promoção do estabelecimento de uma relação de proximidade com as pessoas. Em segundo lugar tornar as comunidades paroquiais locais onde as populações se identifiquem e que lhes dê conforto, comunidades dinâmicas ajustadas aos tempos atuais. É preciso dar segurança às pessoas para voltarem. Fazer celebrações dinâmicas, não muito longas. Há que promover a participação dos leigos na vida das comunidades e não fazer destes meros agentes passivos. Dinamizar a

adoração ao Santíssimo Sacramento e uma maior preparação para os sacramentos, promover e realizar momentos de oração, ao nível de paróquia, zona e ouvidoria, recuperar a Religiosidade Popular.

A pandemia pôs a nu as fragilidades humanas, onde ninguém é poupado. A disciplina, a convivência social e a solidariedade evidenciaram a sua importância. O Homem parece não ter aprendido muito com a pandemia. O verdadeiro espírito e vida cristã ainda está longe do Caminho da Salvação.

5. Corresponsáveis na missão

A missão da Igreja é de todos e para todos, mas, nem todos se sentem motivados, entusiasmados e muito menos comprometidos. Existem alguns cristãos ativos, mas poucos colaboram na missão pastoral nas suas várias vertentes. Há falta de militância, compromisso e envolvimento. Muitos pensam que ser um cristão ativo é apenas participar na eucaristia dominical e demais celebrações da comunidade. Habitualmente os leigos são mais ativos na paróquia do que na ouvidoria ou diocese.

O maior e mais importante apoio é o exemplo que se pode dar e os conselhos para uma maior eficiência, embora haja algum receio na crítica construtiva. Em todas as áreas da vida pessoal ou profissional, o testemunho cristão é importante.

Enraizados na profundidade evangélica, é nosso dever colaborar na proteção e renovação da criação de Deus: Cuidar da casa comum! A urgência da conversão ecológica está na ordem do dia e todos somos responsáveis por esta temática.

A responsabilidade social faz-se através de um acompanhamento continuado. Deverão criar-se equipas de fiéis ou membros da Igreja - especialistas em matérias que incorporam a sociedade atual, para a prestação de serviço social.

A Igreja deve assegurar uma formação permanente e de qualidade aos seus fiéis, liberta dos preconceitos do passado e assente num conhecimento aprofundado da palavra de Deus. Os valores cristãos devem ser fundamentados numa análise crítica e esclarecida da Teologia, da História da Igreja e, sobretudo, da Bíblia. Existe um grande défice de formação, formação de base e nas diversas áreas pastorais, e particularmente no que toca à Doutrina Social da Igreja.

Para aqueles que se disponibilizam, a Igreja, através dos seus movimentos, procura dar-lhes uma formação religiosa e formação específica nas diversas áreas onde irão atuar. Existe apoio cristão dado aos membros comprometidos nas diferentes áreas com ações formativas, o que falha é a comunicação e divulgação das referidas ações. Aos membros comprometidos no ensino catequético, existe formação pontual e encontros mensais, mas é necessário aprofundar.

6. Dialogar na Igreja e na sociedade

Divergências, formas de ser e pensar diferentes sempre existiram e existirão, e é natural que

existam e aconteçam: a Igreja vive e cresce também de tensões e com tensões. De um modo geral, as divergências são dirimidas com bom-senso, diálogo, aceitação das próprias diferenças e colmatam-se com base na inteligência emocional – entender as dificuldades e ajuizar o certo – seguindo sempre os fundamentos da fé cristã.

O conflito é saudável quando partilhado; a sua resolução é sinal de crescimento. Quando os envolvidos entram em diálogo aberto e estão prontos a perder as suas ideias para encontrar uma solução de consenso, estão a contribuir sempre para um bem maior. Nas Ouvidorias e na Diocese nota-se ainda demasiado centralismo.

É necessário, através da compreensão, do diálogo e da escuta, ir ao encontro do outro, discernir e passar á ação. É preciso um esforço especial para enfrentar as divergências de visão. O Espírito Santo é o protagonista e nós temos de escutar-nos uns aos outros a todos os níveis: nas divergências de visão, nas dificuldades e nos conflitos, nas crises de fé e urgências de renovação da vida pastoral. As divergências deverão ser resolvidas nos locais certos, com as pessoas devidas e sempre à luz do Evangelho; mais que o consenso deve imperar o “querer e a vontade de Deus”. Sempre que o exemplo de Cristo for colocado no centro da vida do cristão, essas divergências irão necessariamente desaparecer.

7. Com as outras confissões cristãs

O diálogo inter-religioso ainda não é praticado. As relações ecuménicas não são tão amplas como deviam ser. Desde há alguns anos, com algumas Igrejas Cristãs, mantém-se a celebração da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. A Igreja Católica ainda está muito fechada em si própria, embora haja algumas manifestações e celebrações conjuntas, nomeadamente por ocasião da dita Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos.

Não são conhecidas verdadeiras práticas inter-religiosas, possivelmente devido à baixa representatividade de outras religiões na Região. Todavia, sobretudo as comunidades imigrantes, trazem consigo outras práticas religiosas. Do ponto de vista social e religioso, numa procura incessante pelo outro, existe um grande benefício na prática ecuménica. A valorização da diversidade e a descoberta dos pontos em comum trazem grandes benefícios à comunidade alargada dos homens em todas as suas dimensões.

O primeiro passo a ser dado deverá ser formar e informar sobre o que é o ecumenismo, pensar e conhecer as outras Igreja/religiões sem complexos ou medos, e deixarmos de pensar que a nossa Igreja é que está certa, que é a melhor, que nós é que somos os bons e os outros são “pagãos”. É preciso tomar a iniciativa para reunir, discutir e decidir com os organismos próprios e responsáveis. Poderia ser feito um levantamento de outras religiões que existem na região de modo que todas as comunidades religiosas soubessem quem está próximo de si e, assim, se procurassem encontros ecuménicos.

Importa ouvir as pessoas afastadas da fé e da religiosidade, por vezes críticas em relação à Igreja. Não é fácil porque talvez não estejam interessadas em participar no processo sinodal. Somos convidados a ser uma Igreja em saída às periferias, a ser uma Igreja de estilo diferente.

8. Autoridade e participação

A autoridade é importante na gestão do serviço, embora haja situações de autoritarismo que afastam os leigos da prática religiosa. O exercício da autoridade depende do perfil e da capacidade de liderança de cada um. Uns mais austeros, outros mais democráticos, uns mais competentes, outros menos, uns mais ambiciosos, outros menos. Também depende da comunidade que tem de cuidar e acompanhar. As comunidades têm as suas particularidades. É preciso inculturar-se na própria comunidade e, a partir daí, fazer o um trabalho pastoral evangelizador, caritativo e litúrgico.

O princípio simplifica tudo – olhar para Jesus Cristo e subestimar a arrogância. Infelizmente a autoridade tem servido para muitos, padres e leigos, para “subirem na vida”, adquirirem estatutos e tirar proveitos e dividendos. Há situações em que o serviço da autoridade é exercido como o “quero, posso e mando”, com agressividade e arrogância, muitas vezes roçando a falta de educação. Há muita soberba e vaidade, muita ostentação e muito pouca humildade, quer da parte dos padres quer dos leigos. A Diocese através das ouvidorias deveria ser mais agregadora das paróquias de modo a sentir o pulsar das necessidades e realidades.

A maior dificuldade à prática da sinodalidade na nossa Igreja dos Açores será o facto de serem nove ilhas dispersas e cada uma com as suas próprias características. Também a atual sociedade que não sente necessidade da prática cristã e vive à margem das questões sinodais; basta observarmos que as pessoas de prática cristã e inseridas nos movimentos e serviços da Igreja são maioritariamente idosas e são cada vez menos. Outra dificuldade é o trabalho e suas exigências, bem como o desinteresse da Igreja pela própria Igreja. Cada um deve expor-se ao diálogo e ao serviço sem preconceitos nem juízos.

Outra dificuldade na prática da sinodalidade da Igreja é a ideia e o conceito que ainda muito prevalece: uma Igreja piramidal, extremamente hierarquizada, onde, na maior parte dos casos, os leigos só fazem parte do consultivo. Há muito clericalismo e pouca comunhão ao contrário do que preconizou o Concílio Vaticano II.

9. Decidir e discernir

Quem pensa e decide são os principais responsáveis pelos serviços Diocesanos, das Ouvidorias e Paróquias. Os Conselhos Eclesiais, Conselhos Pastorais Paroquiais e Diocesanos, os Conselhos Económicos, entre outros.

O que se verifica é que em muitas paróquias há falta de dinamismo nos conselhos paroquiais. Deverá ser dado mais protagonismo aos leigos nas paróquias e demais estruturas da Igreja, mas para isso o papel dos sacerdotes é fundamental. Ouvir a espontaneidade de opinião – sempre com o despreendimento necessário, para depois com a resiliência devida, atuar.

Infelizmente, na Igreja, os leigos partitamente só participam em órgãos consultivos, cabendo as decisões e a palavra final aos eclesiásticos. Passar mais do consultivo ao deliberativo implica

uma maior observação e auscultação dos problemas existentes, seguida de resoluções competentes e adequadas, que nem sempre coincidirão com a opinião maioritária. É importante assegurar uma formação aprofundada e esclarecida à semelhança daquilo que fazem as mais reconhecidas ordens e prelaturas católicas. Passar os nossos conselhos de consultivos a deliberativos implica reduzir a influência do clero onde os padres “resolvem e decidem tudo”.

10. Formar-se na sinodalidade

O essencial e importante para a formação de cristãos esclarecidos e adultos na fé, assenta no ensino, formação e divulgação da Palavra de Deus. Consiste em recrutar os que estão no comodismo da fé, a fim de melhor a compreender, interpretar e testemunhar; o que deverá ser feito através de contatos diretos e também ouvindo o testemunho de outros cristãos, mais esclarecidos e ativos.

Mostrar que a Igreja tem espaço para todos e está disponível para escutar diferentes opiniões, visões e ideias. Incentivar os responsáveis para a escuta e diálogo sensibilizando-os para a cultura e contexto em que vivemos.

Infelizmente confunde-se muito formação com conferências, colóquios e seminários que, na prática são para uma minoria de cristãos, e sempre os mesmos. Para o comum do nosso povo, simples e não muito letrado praticamente não há nada e o que há, não os cativa nem os entusiasma. As formações terão de ser dinâmicas, entusiasmantes, práticas e acessíveis a todos. Escolas bíblicas para todos os adultos que enfermem de uma catequese desadequada que foi ministrada no século passado. Na formação deve-se incidir nas orientações do Papa seguindo as suas Encíclicas e Catequese, recorrendo ao conhecimento dos peritos nas questões mais prementes dos nossos dias. A oferta de uma catequese de adultos, a nível de paróquia ou zona, anualmente, seria excelente para a formação da comunidade.

Temos que ser missionários junto das nossas comunidades, que estão altamente materializadas desprezando o espiritual. Muitos dos que foram batizados, fizeram a catequese, receberam a Eucaristia e o Crisma e depois dispensaram-se no que diz respeito à sua participação em Igreja. Temos muitos cristãos batizados vivendo como cristãos de festas e funerais que não conseguem sequer acompanhar os rituais.

O grande desafio que é lançado aos sacerdotes é que partilhem a sua experiência e saber às suas comunidades que não se pode confinar às homilias dominicais. A formação é o fator essencial dos valores cristãos. É necessário começar por formar e atualizar o próprio clero com vista à uniformização e atualização de conhecimentos, de interpretação e de divulgação da Palavra de Deus. É importante referir que, para uma boa formação carecemos de bons formadores: embora com muita boa vontade, existe muito amadorismo.

III – Visão da Igreja atual e propostas de mudança

1. Continuar, a partir das bases, a esclarecer e a desenvolver o processo sinodal.
2. Acompanhar o pós-sínodo 2023 sabendo das orientações gerais e das conclusões.
3. Haver um esquema de inspiração sinodal na Diocese que a ative em todas as direções com experiências e práticas atuais.
4. Ligar a caminhada futura com o Ano Santo 2025, no tema: “Peregrinos da Esperança”.
5. Na linha da celebração futura dos 500 anos da Diocese ver qual o texto e contexto da realização de um Sínodo Diocesano frutuoso e atual.
6. Maior participação e celeridade na nomeação de um Bispo, sobretudo numa diocese que durante largos meses se vê carente dele.
7. Esclarecimento sobre questões morais, como por exemplo, a atualidade da «*Humanae Vitae*» e algumas ambiguidades que a «*Amoris Laetitia*» deixa em aberto, relativamente à comunhão sacramental de pessoas em «situações irregulares».
8. Esclarecimento sobre questões sacramentais, como por exemplo, a absolvição coletiva como forma alternativa e livre na prática no sacramento da reconciliação.
9. Possibilidade da dispensa de padrinhos nos sacramentos de batismo e confirmação ou revisão das condições para o ser.
10. Sobre a inclusão na fé e prática da Igreja ver a situação de casais do mesmo sexo que vivem em união de facto e pessoas que mudam de sexo, bem como outras formas de exclusão por razões éticas.
11. Valorizar o ministério da caridade, tal como já se faz com os ministérios instituídos da Palavra e da Liturgia.
12. Cuidar da vida espiritual e da conversão ao evangelho como atitude essencial, antes de questões funcionais ou de organização, levando a não exigir a mudança ao outro sem perguntar, «que devo eu mudar?».
13. Maior disponibilidade dos párocos para a escuta, acolhimento e acompanhamento.
14. Rever a eficácia de uma catequese para sacramentos sem que se faça e aconteça uma iniciação cristã efetiva.
15. Atenção à vida fraterna, amizade e proximidade dentro dos grupos e comunidades.
16. Autoridade partilhada, sobretudo a partir dos conselhos pastorais e económicos, bem como dos centros sociais paroquiais, não ficando o peso administrativo sobre o pároco.
17. Valorizar a escuta dos fiéis que muitas vezes não é considerada, nem valorizada, ficando os participantes cansados de fazer diagnósticos e não verem a aplicação das propostas.
18. O lugar do Seminário na Diocese: vocações, formação espiritual e académica – sua relação com a Universidade Católica Portuguesa.
19. Elaboração de planos pastorais a partir dos «gritos» e das necessidades das pessoas, com menos objetivos a atingir, focando-se em algum ou alguns mais prioritários.
20. Acompanhar e aproveitar a dinâmica das Jornadas Mundiais da Juventude para a evangelização com os jovens.

Angra do Heroísmo, 29 de junho de 2022

A Comissão Diocesana Coordenadora da Caminhada Sinodal